

Ata da Sétima Sessão Extraordinária, do terceiro ano da Décima Terceira Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos vinte e seis de dezembro de dois mil e sete, às dezoito e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sra. Fernanda Bergamasco. Vice-Presidente Sr. Luís Laurentino Gomes. Secretários Srs. Luiz Carlos de Campos e Airton Braulino Jorge. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que a Sra. Presidente proferiu o seguinte texto: Carta de Pedro – Capítulo 3, versículos 8 a 12: “Finalmente, tenham todos a mesma atitude, sejam compassivos, cheios de amor fraterno, misericordiosos e de espírito humilde. Não paguem o mal com o mal, nem o insulto com outro insulto; pelo contrário, abençoem, porque para isso vocês foram chamados, isto é, para serem herdeiros da bênção. De fato, aquele que ama a vida e deseja ver dias felizes guarde sua língua do mal e seus lábios de proferir mentiras; afaste-se do mal e pratique o bem, busque a paz e procure segui-la. Porque os olhos do Senhor estão sobre os justos e seus ouvidos estão atentos à prece deles. Mas o rosto do Senhor se volta contra os que praticam o mal.” A seguir, a Sra. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina, Fernanda Bergamasco, Fernando Silvério Husch Pereira, Israel Mazzo, Luís Laurentino Gomes, Luiz Carlos de Campos e Maria Auxiliadora Zanin. Constatando número regimental, a Sra. Presidente proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, comunicando a todos que a aquela sessão fora previamente convocada para deliberação da matéria abaixo relacionada, motivo pelo qual deu início à Ordem do Dia: Primeiramente foi feita a Leitura do Ofício DER n.º 098/2007, do Executivo Municipal que encaminha a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social e dá outra providência (Centro de Equoterapia de Jaguariúna). A seguir, a Sra. Presidente designou o Vereador Luiz Carlos de Campos como Relator Especial para exarar parecer ao referido Projeto de Lei, motivo pelo qual suspendeu a sessão. Decorrido o prazo necessário para a elaboração do Parecer, a Sra. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do Parecer do Relator Especial. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei n.º 084/2007, do Executivo Municipal,

dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social e dá outra providência (Centro de Equoterapia de Jaguariúna). (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Em discussão pediu a palavra o Sr. Luís Laurentino Gomes que cumprimentou a todos, dizendo que era sempre uma satisfação estarem ali reunidos numa sessão extraordinária para aprovarem subvenções às entidades, e que naquele dia seriam quatro entidades que estariam votando, e que o primeiro projeto era para o Centro de Equoterapia de Jaguariúna, tinham, também, à Casa de Apoio ao Drogado, tinham o Lar Feliz, e tinham a APAE; disse que gostaria de um esclarecimento dos colegas, e, primeiramente, parabenizou a iniciativa do Prefeito em estar fazendo esses repasses financeiros, e que eram entidades que não tinham fins lucrativos, eram entidades públicas, eram entidades que, realmente, mereciam ajuda financeira da Prefeitura, esta Prefeitura que tinha um orçamento invejável, um orçamento, realmente, fantástico, que poderia dar ajuda às entidades, mas que lhe chamava a atenção eram os critérios que tinham sido adotados para a divisão dessa receita, e que era um valor total de oitocentos e vinte e seis mil, oitocentos e quarenta e dois reais que foram divididos: trinta e quatro vírgula vinte e quatro por cento deste total para a Equoterapia, e que tinham inclusive, a Presidente da Casa que trabalhava naquela entidade, que desenvolvia um trabalho lá, e a parabenizou pelo trabalho desenvolvido; trinta e dois vírgula sessenta e um por cento ao Centro de Apoio ao Drogado de Jaguariúna, dezoito vírgula sessenta e três por cento, ao Lar Feliz, e a APAE tinha recebido quatorze vírgula cinqüenta e um por cento deste total; disse que ficava em dúvida porque existia uma diferença muito grande, inclusive deixou até uma sugestão, e que tinha certeza, que Jaguariúna poderia até estar disponibilizando mais recursos para esta entidade, e que todos os Vereadores ali, tinha certeza, que apoiariam unanimemente, só que a APAE o Lar Feliz estava passando por uma situação financeira, estavam recebendo menos recursos e que daí ficava pensando qual o critério, e que se algum Vereador soubesse desse critério adotado pelo Executivo para dividir este valor de oitocentos e vinte e seis mil, oitocentos e quarenta e dois reais, e que ficava pensando se não seria mais justo dividir em valores iguais, em vinte e cinco por cento para estas entidades, perguntou, uma vez que eram entidades que, realmente, faziam um trabalho fantástico na Cidade; perguntou porque a entidade da APAE recebia menos, e que se alguém soubesse, realmente, essa era a sua dúvida; a APAE desenvolvia um trabalho fantástico, e que se o valor

fosse mais para a APAE todos eles ali, estariam apoiando, e tinha certeza que nenhum Vereador, inclusive ele, não era contrário a nada, a nenhuma dessas entidades, e que queriam, realmente, aprovar estes valores e até mais, e que as entidades desenvolviam um trabalho fantástico, quem ia lá, acompanhava e via a dificuldade de muitas famílias, viam nestas entidades, realmente, um apoio, mas que a dúvida ficava aí, e que gostaria que o Relator Luiz Carlos de Campos, se ele soubesse, o Líder do Governo, o Fernandinho Português, se tivesse conhecimento da forma como tinha sido dividido esses valores, gostaria, realmente, de ter esse conhecimento para que pudesse auxiliar e esclarecer melhor, e que a princípio achava que tinha sido injusto, injusto a divisão, não os valores destinados às entidades, e que se alguém pudesse lhe ajudar nestes critérios adotados pelo Prefeito para dividir, e disse que todos conheciam o Lar Feliz, a APAE, a Casa do Drogado, e que inclusive tinham tido uma reunião na Casa com várias pessoas para falar sobre a Casa do Drogado, que estava com dificuldade, e que se alguém soubesse e pudesse ajudar a esclarecer, ele agradecia; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que gostaria de esclarecer algumas dúvidas do nobre colega Laurentino, e disse que de nenhuma forma era o Executivo ou o Prefeito que estava enviando estas subvenções, ele era o instrumento para enviá-las à Câmara, mas que tinha no Município um Conselho Municipal de Assistência Social, da qual todos os serviços que estas entidades prestavam o Conselho estava averiguando e acompanhando, e estas verbas eram destinadas conforme os serviços prestados por cada entidade, ou seja, qualquer aumento de recursos para estas entidades, passava, primeiramente pelo Conselho para depois vir para eles, o Prefeito, realmente, só era o instrumento do qual estes recursos chegavam até estas entidades; disse que o Conselho estava aí, e vinha acompanhando o trabalho de todas as entidades, e todas as entidades eram merecedoras dos recursos encaminhados, e a forma de distribuição deles; voltou a dizer que o Conselho, através das pessoas que ali trabalhavam, acharam que através daquilo que tinha sido solicitado que estes recursos seriam suficientes para a execução destes serviços, e que esperava que qualquer alteração que se viesse fazer no futuro, passaria, logicamente, pelo Conselho referendado por eles, para que os Vereadores tomassem as medidas necessárias para aprová-lo; disse que estava ali falando em nome de seus outros colegas, pedindo o voto favorável, e que o Vereador iria votar favorável, e disse que qualquer informação além desta teriam que consultar o Conselho para saber

quantas pessoas eram atendidas, de que forma eram atendidas, que tipo de serviço era prestado a elas, enfim, como o Conselho era um órgão que estava os ajudando, lhes assessorando para que eles tomassem as decisões, principalmente, este tipo de projeto pudesse sair sem mácula nenhuma desta Casa, cabia a cada um deles apenas referendar, e que a prestação de serviços tinham que conversar com o Conselho para poder esclarecer melhor, e que tinha certeza que o trabalho dele era esse, que realmente, estava vendo as necessidades de cada entidade, e que achava que estava mais do que referendado para que pudessem votar ali as verbas solicitadas, e agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. Fernando Silvério Husch Pereira que cumprimentou a todos, parabenizando todas as entidades que estavam sendo contempladas com aqueles projetos, naquele dia, e teceu elogios, porque sabiam que aquele dinheiro iria ser muito bem aproveitado em prol da população que necessitava de atendimento especial; disse achar que não eram valores aleatórios, criados de sonhos, nada, e que tinham critérios técnicos, e acordados com as entidades e também com o Conselho, e se talvez a APAE ou outra entidade precisasse de mais recursos financeiros durante o ano de dois mil e oito, logicamente, o Conselho iria pedir para o Executivo, iriam entrar num acordo, e iria ser mandado um projeto de lei para a Câmara votar, como ela já tinha votado no meio do ano, aumento de verba para a APAE, e que achava que não eram valores aleatórios, eram critérios técnicos e tudo dentro do cronograma, e agradeceu; pediu, novamente, a palavra o Sr. Luís Laurentino Gomes que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que era importante este esclarecimento porque passavam a ficar mais atentos, inclusive no final daquele mês, se não se enganava, tinham aprovado uma complementação para a APAE, ou melhor para o Lar Feliz, quatorze mil reais e que era importante lembrar que todas essas entidades, que todos os Vereadores ali apoiavam, com certeza, e que caso faltasse algum valor, o Prefeito da Cidade tinha uma autonomia, uma autorização aprovada pela Câmara dos Vereadores, que ele podia remanejar quarenta por cento do orçamento; disse que era importante o esclarecimento, esses valores que tinham sido direcionados à Equoterapia, ao Recanto da Paz, que era a Casa do Drogado, ali no Projeto, Lar Feliz e a APAE, e que tinha vindo com esta divisão de acordo com o Líder de Governo, o nobre Colega Alfredo Chiavegato Neto tinha explicado para eles, os critérios, e que acreditava que tinham sido diversas reuniões, e que estavam ali, também, com o representante da Equoterapia, que estava acompanhando, e que isso era

aprovado unanimemente pelos Vereadores, e que queriam, realmente, brigar até por mais dinheiro, porque as entidades mereciam mais dinheiro, porque era uma dificuldade, e que tinham o Lar Feliz com dificuldade, o Recanto da Paz com dificuldade, a APAE inclusive; brigaram, o Deputado Jonas Donizete brigando, procurando trazer recursos para a APAE e trouxe uma verba de vinte e cinco mil, uma dificuldade imensa, mas enfim, tinham que estar lutando para que estas entidades tivessem mais recursos para propiciar melhores condições às pessoas que freqüentavam as entidades; a seguir, pediu a palavra a Sra. Maria Auxiliadora Zanin que cumprimentou a todos, dizendo que achava que aquela aprovação, só cabia à Câmara aprovar ou rejeitar, porque não tinham autonomia para mexerem no Orçamento, em gerar aumento de despesa, e supôs que eles entendessem que se essas entidades precisassem de mais recursos, eles não poderiam fazer nenhuma emenda, naquele dia, para destinar mais verbas a essas entidades; disse que, com certeza, aqueles valores tinham sido os valores acordados dentro do Conselho e que, portanto, chegavam na Casa com um consenso destas entidades, e que acreditava que também seria um consenso de todos da Casa, que estariam dando seus votos favoráveis, porque de fato cada uma delas dentro de sua particularidade, desenvolvia um trabalho de excelência para o Município, para a Região, e precisavam deste dinheiro como fonte, e muitas delas quase que a totalidade dos recursos necessários para a manutenção dessas entidades; disse crer, sim, que eles, enquanto Vereadores, tinham, também, que pensarem em outra entidade que, hoje, não estava sendo beneficiada, que era a Carisma, que era uma entidade que prestava um serviço muito importante, também, na Cidade, com relação aos dependentes químicos, e acreditava que ela precisaria, realmente, e estava fazendo muita falta esse recursos municipal, e que se saísse da Casa, em nome de todos os Vereadores um documento à Promoção, à Secretaria de Assistência Social para que agilizasse o mais breve possível, convênio entre a Prefeitura e essa Entidade para que o próximo ano essa entidade também pudesse, através de uma lei especial, ser beneficiada com recursos próprios do Município; parabenizou a todas as entidades, que elas continuassem a desempenhar aquele trabalho, com o apoio unânime desta Câmara; a seguir, pediu, mais uma vez, a palavra o Sr. Fernando Silvério Husch Pereira que cumprimentou a todos novamente, dizendo sobre o que a Vereadora Dra. Dora tinha falado, achava que a Carisma não preenchia os critérios técnicos exigidos pela Lei, e que a lei do Município dizia que tinha que ter dois anos, tinha que ser registrado, CGC, tudo, e que

achava que a última vez que tinham visto isso, não preenchia todos os critérios que a lei pedia; a seguir, pediu, novamente a palavra o Sr. Luís Laurentino Gomes que disse que era importante discutirem os projetos, porque sempre tinham fatos novos que viam quando existia a vontade política de fazer a coisa, e que sabiam que a Maria-fumaça, a entidade, a ABPF – Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, e que ela tinha sido tornada de utilidade pública de uma forma fascinante, rapidamente, não tinha demorado um ano, e que viam uma entidade, como tinha bem dito a Dra. Dora, a Carisma, que fazia um trabalho fantástico, a exemplo do Recanto da Paz, e que viam que faltava vontade política? Era a pergunta que ficava: por que que não ajudavam essa entidade, e será que a Prefeitura não poderia dar uma força, perguntou; disse que a ABPF rapidamente tinha se transformado em utilidade pública, já tinha recebido recursos, a ponte, então, parecia que estava correndo paralelamente, e que tinha sido um negócio fantástico, inclusive parabenizou ao Engenheiro da Pozan, Odilon Garcia, que tinha feito a obra, e que tinha passado a perna até na Câmara, e que a Câmara tinha ficado quase três anos; a Sra. Presidente disse ao Vereador que ele não estava se atendo à discussão, e o mesmo disse que era apenas um esclarecimento para que as pessoas ficassem melhor esclarecidas; agradeceu; a seguir, tomou a palavra a Sra. Fernanda Bergamasco, Presidente da Casa, que disse de deixar seus parabéns a todas as entidades, como o nobre Vereador Luís Laurentino mesmo tinha citado, ela trabalhava no Centro de Equoterapia, já há aproximadamente oito anos, e que estava na Casa, naquele dia, o Presidente da Equoterapia, o Wilson Melillo, e que gostaria de estar deixando claro, disse ao nobre Vereador, que um dos critérios, além do Conselho apurar todos os pedidos das entidades, das quais eles levavam todas as solicitações ao final de ano, um deles era o número de pessoas que cada entidade atendia, e que hoje o Centro de Equoterapia atendia noventa crianças e além das noventa crianças e dos terapeutas que necessitavam estarem lá para darem todo suporte para essas crianças, existiam, também, o trabalho com o animal, envolvia o animal, o tratamento, cuidados, os laterais que eram pessoas que mantinham a segurança do praticante que estava, então, eram entidades que, sem a contribuição do Poder Público, elas, provavelmente, não conseguiriam manter essa estrutura que hoje elas tinham, e que eram todas as entidades merecedoras dessa contribuição, e, realmente, a Prefeitura nunca tinha deixado de atender, como o Vereador mesmo tinha citado que tinham acabado de aprovar os quatorze mil reais, e que sempre que houve qualquer

perda de qualidade de atendimento, e houve necessidade de cada entidade, que era subvencionada pela Prefeitura de estar pedindo, sempre passou projeto de lei na Câmara, e com certeza, teria o apoio de todos os Vereadores; deixou seus parabéns, e que pudessem vir mais entidades que pudessem, também, fazer benfeitorias e atender tantas pessoas como essas entidades; a seguir, pediu a palavra, novamente, o Sr. Fernando Silvério Husch Pereira que disse de aproveitar a presença do Sr. Wilson, Presidente do Centro de Equoterapia, e que um dia tinha ido fazer uma visita lá, e que o Fred estava junto, e que até lhe arrepiava de contar, que a mãe tinha chorado de alegria ao ver o filho conseguir levantar da cadeira de roda, e que ela tinha chorado, e falou que era graças ao Centro de Equoterapia, e que o menino nunca tinha se levantado, e que tinha uns vinte e poucos anos, e que era família aqui de Jaguariúna que todo mundo conhecia, e que nunca tinha se levantado da cadeira, e que a mãe tinha chorado de alegria de ver o filho se levantar da cadeira, e que estava perto, e também tinha chorado junto porque era muito emocionante, era muito bonito o trabalho, e que o Sr. Wilson estava de parabéns, todos os funcionários lá, inclusive a nobre Vereadora, Presidente, e que era um trabalho muito dignificante; a seguir, pediu a palavra, novamente, o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que se não estivesse enganado, o Wilson era Presidente do Conselho Municipal de Assistência, e perguntou ao Sr. Wilson se era isso, e o mesmo disse que já tinha terminado agora, e o Vereador disse o Wilson tinha sido o Presidente ao longo desse período, e entre outras coisas disse que falar do trabalho feito por estas entidades, realmente, era um trabalho de pessoas abnegadas que, só Deus mesmo para iluminá-las, para dar forças e o Poder Público naquilo que pudesse contribuir, achava que tinha que contribuir mesmo, porque era um trabalho difícilimo, e que esperava que eles continuassem a fazer isso com toda a graça e a luz que Deus pudesse iluminá-los a ter, para poder fazer este trabalho; disse que os resultados deles eles não podiam nem, e que o mínimo que era conseguido em cada paciente, viam que era algo que transformava as famílias, e dava um significado melhor na qualidade de vida delas, e como o Fernandinho tinha dito, naquele dia puderam perceber pequenos gestos que, realmente, para eles era tão natural, mas que para as pessoas que conviviam no dia-a-dia com elas, sabiam que era um ganho extraordinário; disse que fosse ela a entidade que fosse merecedora desses recursos que vinham até eles, e que sabiam que o trabalho, que tinha por trás disso, era benéfico, era merecedor, e que cabia ao Conselho, através dos

representantes da Comunidade solicitar ao Executivo, e que tinham certeza que isso seria acolhido por eles, Vereadores e pela Sociedade; disse que esperava que eles continuassem a fazer este trabalho, que tivessem forças para estarem sempre vindo na Casa reivindicar, pois cabia aos Vereadores ajudá-los na medida do possível poder contemplá-las com o mínimo de recursos, e que achava que era o mínimo mesmo, porque se pudessem dar mais, dariam mais, não faltaria dinheiro, precisaria de mais, porque atenderia mais pessoas, porque sabiam da quantidade de pessoas que necessitavam desses serviços; disse, novamente, que estava tudo sendo feito da melhor maneira possível, com pessoas que, realmente, se dedicavam a Executar este tipo de serviço; disse que só tinha que parabenizá-las, essas pessoas que tinham essa dívida de poder exercer este trabalho à Comunidade; disse, ainda, que qualquer entidade merecedora desses recursos, tinha certeza que seria propiciada deles; disse, mudando de assunto rapidamente, que o título de utilidade pública da ABPF, tinha sido feito um projeto de sua autoria em dois mil ou dois mil e um, e que não tinha sido a toque de caixa, e só para fato de esclarecimento, não fazia dois ou três anos, fazia um bocadinho de tempo; agradeceu, desejando boa noite; a seguir, pediu, mais uma vez, a palavra o Sr. Luís Laurentino Gomes que parabenizou ao Colega a iniciativa do projeto da ABPF, e disse que tinha sido rápido também; comentou que gostaria de estar externando todos os seus agradecimentos às entidades que prestavam os serviços essenciais às pessoas aqui de Jaguariúna, que eram diversas, e quisera que outras, também, fossem reconhecidas oficialmente pela Prefeitura, dentro de todas as normas, legalidade e critérios que, realmente, eram necessários, e que era gostoso discutir na Casa, e disse que era pena que só tinha um representante de uma entidade, e que se tivesse um representante das quatro entidades, eles iam entender uma coisa, e dizer que o Luiz Laurentino não estava muito errado não, e que no ano que viria iriam barganhar um pouquinho mais, e que eles já sabiam que os Vereadores apoiavam mesmo, e que isso era importante, e todos sabiam que chegando na Casa, eles sempre iriam querer mais, e que iriam ver os critérios e sempre pensando em colocar mais verbas, mais orçamentos para essas entidades, para que elas tivessem mais autonomia, e mais poder de abraçar mais gente, porque era triste, e que ele imaginava, aquele funcionário dedicado na entidade, e de repente ter que falar não, que não podia estar recebendo uma pessoa para iniciar um tratamento por falta de verba, e que era complicado, realmente, e que imaginava a dor no coração que essa pessoa não

sentia! Disse que aquela discussão na Casa era boa, era saudável, e sempre visando mais recursos para as entidades, e que isso que era mais importante; agradeceu, dizendo que gostaria naquele momento de externar um feliz ano novo a todos; agradeceu; a seguir, em votação, foi o Projeto de Lei nº 084/2007, do Executivo Municipal, dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social e dá outra providência (Centro de Equoterapia de Jaguariúna), aprovado por unanimidade de votos. A seguir, foi feita a leitura do Ofício DER nº 099/2007, do Executivo Municipal que encaminha a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social e dá outra providência (CADA – Casa de Apoio ao Drogado a ao Alcóolatra – Recanto da Paz). A seguir, a Sra. Presidente designou a Vereadora Maria Auxiliadora Zanin como Relatora Especial para exarar parecer ao referido Projeto de Lei, motivo pelo qual suspendeu a sessão. Decorrido o prazo necessário para a elaboração do Parecer, a Sra. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do Parecer do Relator Especial. A seguir, Em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 085/2007, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social e dá outra providência (CADA – Casa de Apoio ao Drogado e ao Alcóolatra – Recanto Da Paz) (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Em discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Em seguida foi feita a Leitura do Ofício DER nº 100/2007, do Executivo Municipal que encaminha a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social e dá outra providência (Projeto Lar Feliz). A seguir, a Sra. Presidente designou o Vereador Fábio Augusto Pina como Relator Especial para exarar parecer ao referido Projeto de Lei, motivo pelo qual suspendeu a sessão. Decorrido o prazo para a elaboração do Parecer, a Sra. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do Parecer do Relator Especial. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 086/2007, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social e dá outra providência (Projeto Lar Feliz) (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Em discussão e votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos. A seguir foi feita a leitura do Ofício DER nº 101/2007, do Executivo Municipal, encaminhando a Casa Projeto de Lei, que dispõe sobre

autorização ao Executivo para abertura de crédito adicional especial, para concessão de subvenção à entidade de assistência social e dá outras providências (APAE). A seguir, a Sra. Presidente designou o Vereador Fernando Silvério Husch Pereira como Relator Especial para exarar parecer ao referido Projeto de Lei, motivo pelo qual suspendeu a sessão. Decorrido o prazo para a feitura do Parecer, a Sra. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do Parecer do Relator Especial. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 087/2007, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para abertura de crédito adicional especial, para concessão de subvenção à entidade de assistência social e dá outras providências (APAE). (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 50, § 1º, XII do R.I.). Em discussão pediu a palavra o Sr. Airton Braulino Jorge que cumprimentou a todos, dizendo que gostava sempre de enfatizar, porque quando se falava de APAE, de imediato já pensavam em crianças síndrômicas, que eram atendidas dentro desse estabelecimento, e que sempre fazia questão de lembrar às pessoas que não só essas crianças eram atendidas pela APAE, e que em Jaguariúna tinha uma demanda de piscinas térmicas para que pacientes com doenças ósseo degenerativas, fibromialgias, hérnia de disco, precisavam de uma piscina térmica para poderem fazer aulas de hidroginástica, alongamento, relaxamento, e enquanto o Poder Público não dispunha de uma piscina dessa, o que eles, médicos, costumavam fazer era encaminhar esses pacientes para a APAE e a APAE, dentro das suas limitações, porque ela tinha uma piscina relativamente pequena, e que dentro das suas limitações eles atendiam todos os pacientes que eram encaminhados para lá, e que gostava de deixar sempre registrado isso, que a APAE não atendia só as suas crianças, seus pacientes com Síndrome de Down, doenças síndrômicas, mas atendia, também, à população doente em geral, que precisava de um aula de hidroginástica para complementar o tratamento médico; desejou boa noite e agradeceu. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 087/2007, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para abertura de crédito adicional especial, para concessão de subvenção à entidade de assistência social e dá outras providências (APAE, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, a Sra. Presidente encerrou a Sessão. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Referente à Ata da 7ª Sessão Extraordinária, realizada aos 26 de dezembro de 2007

Vereadora Fernanda Bergamasco
Presidente

Vereador Luís Laurentino Gomes
Vice-Presidente

Vereador Luiz Carlos de Campos
Primeiro Secretário

Vereador Airton Braulino Jorge
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

